

## SBS – XII Congresso Brasileiro de Sociologia

### GT19 – Sociedade da Informação

#### Do rincão para o mundo: notas sobre a inserção social do matuto através de telecentros

**Autores:** Marta Pinheiro Aun<sup>1</sup>  
Mauro Araújo Câmara<sup>2</sup>

#### Introdução

A emergência da Sociedade da Informação manifesta-se por um conjunto de transformações profundas nas mais diferentes dimensões. Há três décadas, nos deparamos mundialmente com a colocação de uma nova economia com características sem precedentes, onde a informação passa a significar a mais nova fonte de riqueza e poder (AUN, 2001). A velocidade das mudanças, o volume de informações disponíveis e as novas tecnologias cresceram assustadoramente mudando todo o sistema produtivo.

*“Entendemos que quando ocorrem problemas de transição de um sistema produtivo, também são grandes as dificuldades do sistema econômico, institucional, legal e social em adaptar-se. Tais dificuldades são consideradas tão importantes e radicais quanto as próprias inovações técnicas em que se baseiam. Mostra-se particularmente importante que diferentes segmentos das distintas sociedades conheçam e possam participar da decisão de quais caminhos trilhar, uma vez que possivelmente encontra-se em questão o estilo dominante por uma fase inteira de crescimento e desenvolvimento econômico.” (LASTRES, FERRAZ, 1999, p. 54).*

Diferentes autores definem a economia informacional como a economia onde o principal insumo e o principal produto é a informação, dependente das novas tecnologias de informação e de aprendizado contínuo. Sua emergência é global, facilitada pelo desenvolvimento dessas tecnologias e a criação de redes informacionais, podendo trazer muitos benefícios por sua versatilidade, capacidade de armazenamento e de deslocamento em tempo real. A sociedade da informação, torna-se conceito popularizado a partir da década de 90 e que, segundo AUN (2001), basicamente se caracteriza pelo

*“esforço dos governos de se preservar uma sustentabilidade econômico-social pois ela surge com o vislumbrar de novas oportunidades de emprego, de educação à distância e aprendizagem ao longo da vida, suporte ao desenvolvimento de bons serviços públicos de informação, acesso e concessão de recursos para todos e de coesão social para as diferentes regiões do mundo.” (AUN, 2001, p. 51).*

Mas sabe-se que uma verdadeira integração não se faz só no âmbito dos grandes negócios. A inclusão de povos e países marginalizados é dependente de vontade política e pode ser feita via acesso à sistemas informacionais compartilhados capazes de superar barreiras de língua e “gaps” tecnológicos. Não se trata de garantir simples sobrevivência dentro do

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciência da Informação – UFMG martapinheiro@eci.ufmg.br

<sup>2</sup> Mestre em Ciência da Informação – UFMG maurocamara@eci.ufmg.br

sistema, mas incentivar um novo tipo de relação produtiva, tendo nos próprios excluídos os agentes principais. Este artigo enfatiza a relevância das redes de compartilhamento que é um passo à inclusão na economia atual, um instrumento de acesso às informações e troca de experiências em nível mundial. Por que não propor esta nova forma solidária de abordar a economia e o conhecimento?

### **Tecnologias e Estado: um impasse que se acelera**

Com a generalização do uso de tecnologias e redes de informação e de comunicação, a informatização da sociedade conduz a mudanças e exerce pressões sobre os Estados alterando suas formas de atuar:

*“O Estado parece ter tornado-se figura fragilizada, envolvido pela gama de movimentos imprevisíveis da esfera econômica, sendo rotulado de ter se tornado uma máquina pesada e “inchada” até mesmo por seus próprios governantes.” (AUN, 2001, p. 60-61)*

A sociedade da informação não é um sistema estável, pois está sujeita a um poderoso agente de transformação dos homens e das estruturas sociais: a informação (ARAÚJO, 1994). Não pode ser homogênea e não se consegue atingi-la sem políticas que coordenem a cultura informacional requerida.

Para que se atinja esta nova cultura requerida é necessário investimento no mix informacional, que permita a todos participar ao modificar, comentar, completar o conteúdo perpassado por essas tecnologias, o que implica na definição de políticas de educação e de informação. Essas políticas devem partir do reconhecimento de que os problemas devem ser tratados de forma diferenciada por retratarem mundos organizacionais também diferenciados.

A presença concentrada de tecnologias de certa forma restringe vocabulário e terminologias. Mas que outros pontos de acesso ao conhecimento devem ser considerados no desenvolvimento de diferentes comunidades do planeta? Este é o nosso ponto de vista: o conhecimento e as condições para sua criação e circulação são o ponto de partida para qualquer desenvolvimento saudável, o que não se dá desvinculado da cultura local. Este vínculo é o que direciona o esforço coletivo inicial e auxilia na manutenção da identidade dessas comunidades, independente da natureza das mesmas.

Assim, buscamos chamar a atenção para quatro aspectos fundamentais quando se trata de aplicação de tecnologias ou desenvolvimento de programas visando a inclusão digital: (i) o entendimento das especificidades locais ou regionais, assim como do conteúdo informacional que as caracteriza; (ii) a necessidade de estratégias distintas para os diversos tipos de sociedades (sobrevivência, inovação); (iii) a identificação, estudo e compartilhamento dos conhecimentos tácitos envolvidos; e (iv) a identidade e os valores sócio-culturais das comunidades como um todo.

Os dois primeiros aspectos são fundamentais para a eficácia dos programas propostos, para não se lançar mão de ações que firam os princípios e a identidade da comunidade. Os dois subseqüentes, a preocupação efetiva com os conhecimentos tácitos e valores sócio-culturais revelam um amplo campo de estudos carente de pesquisas. O aprofundamento e investimento nestes aspectos podem vir a garantir a argamassa necessária à estruturação de desenvolvimento para todos: indivíduos, empresas, comunidade e nação.

As tecnologias e seus usos para diferentes setores e países desenvolvidos já estão suficientemente maduras a ponto de evoluir por elas mesmas, mas a concentração e propriedade da disseminação favorece a desinformação, facilita a manipulação por uma homogeneização cultural que afeta a liberdade para as sociedades em desenvolvimento.

Quanto mais pensarmos em *social computing*, de forma descentralizada, a partir do enfoque em pessoas e das redes que se estabelecem entre e através delas, melhor seria a nossa realidade, pois

*“a principal característica da Sociedade da Informação vem do fato dela ser organizada em redes, constituindo uma nova morfologia social da sociedade. A lógica de cada sociedade ao se colocar nestas redes é que irá determinar o processo de produção, a experiência, o poder e a cultura [...] É através da lógica escolhida por cada Estado de se colocar em rede que se determinará o poder de seus fluxos aí suplantando os fluxos de poder da esfera econômica mundial” (AUN, 2001, p. 56).*

Pertinente é a observação de SCHWEINBERGER (2000) que alerta para o fato de que todo o avanço conseguido pela humanidade em pleno século XXI não conseguiu resolver plenamente questões básicas seculares como acesso à saúde, à educação, à habitação, ao emprego e à seguridade social e que tais questões estão na verdade, se agravando apesar de toda centralidade na informação e sua comunicação.

*“A massa de excluídos e a população abaixo da linha de pobreza nos países pobres do Sul vêm se incrementando em termos absolutos e relativos. Nos países ricos do Norte, o contingente de desempregados está crescendo e os bolsões de pobreza estão se ampliando. A esses se somam novos problemas, como a crescente poluição do meio ambiente, dilapidação dos recursos naturais, insegurança pública e instabilidade econômica e social.” (SCHWEINBERGER, 2000, p. 83-84).*

Temos percebido que a economia acabou introduzindo modelos que concentram riqueza de um lado e pobreza de outro, o que tem se agravado com a concentração tecnológica. O Brasil ainda não conseguiu achar o caminho de seu desenvolvimento tendo seu cotidiano marcado pela pobreza, concentração de renda e falta de solidariedade. O que nos coloca a pensar em alternativas ao desenvolvimento, já que o processo de globalização valorizado em constante ufanismo não possibilitou a inserção das economias mais pobres na era informacional.

Do processo de globalização herdamos o marketing da cultura digital. Somos campeões em número de celulares e acessos a serviços como o Orkut, mas tudo isto de forma concentrada, o que não tem ajudado no nosso desenvolvimento em questões básicas de sobrevivência.

O desemprego e o conseqüente aprofundamento dos “gaps” de renda entre os estratos sociais e das desigualdades na habilitação de classes menos favorecidas para funções ainda empregadoras, têm crescido de forma alarmante em todo o mundo, inclusive nas sociedades economicamente desenvolvidas.

Desde o início da década de 90 assistimos à diversificadas decisões políticas visando a criação de sociedades da informação, mas dentre essas decisões, a necessidade de se configurar uma política de informação nos moldes requeridos pela Sociedade da Informação não está ainda mundialmente reconhecida (AUN, 2003).

Segundo NÉROT (2004), não será utopia uma aplicação humanitária das tecnologias exigindo apenas vontade política que inspire soluções técnicas adaptadas ao acesso e ao uso dos diferentes usuários das redes. O grande desafio seria o da interação do tecnológico e do institucional (nação, povo, território, cultura, costumes, memórias, política, economia, etc...).

### **Influência da urgência**

A questão da urgência e de programas emergenciais de inclusão à sociedade da informação está normalmente associada às TICs e é vista por determinados autores com reserva. GIDDENS (1991) e MONNOYER-SMITH (1998), por exemplo, apontam que a representação do tempo, acelerada pelas técnicas, seja uma das conseqüências da modernidade, influenciando sociedades e seus governos a darem uma conotação obsessiva ao fator tempo. Isto, para MONNOYER-SMITH (1998), vem gerando ao modelo ocidental de cultura temporal duas características:

- a) o tempo agora é tomado como termo de eficácia e por eficiência. O autor atribui esta particularidade à invasão da lógica de mercado em todas as esferas da economia e da sociedade.
- b) a rapidez é encorajada e valorizada. A rapidez de respostas e de ações passa a ser elemento chave da competitividade das empresas.

Como conseqüência desta supervalorização do tempo surge a ideologia da urgência que aparece claramente a nível político como uma forma de ação-resposta às crises crônicas enfrentadas pelos governos. Quando não se fala nos discursos em urgência, emergência, fala-se de atraso e sempre do atraso técnico (gestão da técnica) ou de domínio da técnica (gestão técnica do sócio-cultural).

MONNOYER-SMITH (1998) argumenta que a urgência vem para preencher um vazio conceitual, próprio à transição e assim cita AUBERT<sup>3</sup>:

*“A urgência se presta a dissimular a perda de significado que afeta nossas sociedades e se traduz, entre outras coisas, pela impossibilidade de se estabelecer uma representação de um futuro significativo, satisfatório e coerente”.*

Para Boaventura Santos (2004) a multiplicidade de tempos de diferentes territórios é reduzida a um tempo linear.

*“... assenta na monocultura do tempo linear, a idéia de que a história tem sentido e direção únicos e conhecidos. Esse sentido e essa direção têm sido formulados de diversas formas nos últimos duzentos anos: progresso, revolução, modernização, desenvolvimento, crescimento, globalização. Comum a todas estas formulações é a idéia de que o tempo é linear e que, na frente do tempo seguem os países centrais do sistema mundial e, com eles, os conhecimentos, as instituições e as formas de sociabilidade que neles dominam. Esta lógica produz não-existência declarando atrasado tudo que, segundo a norma temporal, é assimétrico em relação ao que é declarado avançado. É nos termos desta lógica que a modernidade ocidental produz a não contemporaneidade do contemporâneo, a idéia de que a simultaneidade*

---

<sup>3</sup> AUBERT, N. Idéologie de l'urgence et perte de sens; comunicação feita no colóquio: Urgence, gestion de crises et décision, Tarbes, 15-16 de maio de 1997.

*esconde as assimetrias dos tempos históricos que nela convergem...* “  
(BOAVENTURA SANTOS, 2004, p. 787)

A maioria dos programas de inclusão digital preocupa-se com a distribuição e investimento em infra-estrutura técnica. Mas não visa preparar os usuários para o desenvolvimento de uma inteligência que usa a técnica para definir canais no interior das redes que o mantenham informado (NÉROT, 2004).

Evidentemente que o ritmo e a orientação do desenvolvimento tecnológico, assim como suas relações com os requerimentos da sociedade da informação dependem de decisões políticas, tanto públicas como privadas.

Surgem novos serviços que têm forte repercussão na vida dos cidadãos, obrigados a novas capacitações e instados a absorver uma variedade de fluxos de informação que não conhecem mais fronteiras. Nessa sociedade caracterizada pela urgência, tem-se a idéia de que tempo e espaço deixaram de ser referência nas relações sociais e assim, toda a sociedade passa a admitir a interação entre indivíduos sem o contato face a face.

### **Reduccionismo nas políticas e liberdade de acesso**

A sociedade em redes abre espaço para o reforço de configurações econômicas mais localizadas e transformadas por um processo de comunicação informacional contínua. Entretanto esta dinâmica impõe algumas conseqüências pouco desejadas. A maior delas, observada atualmente, é a exclusão de regiões inteiras e mesmo continentes, o que nos remete à necessidade real de se considerar questões locais e seus indicadores para garantir a emergência de novas economias como a brasileira. Tentando vencer estas dificuldades é que surgem mecanismos de proteção, assim como novas organizações que, com ou sem apoio dos governos, tentam ajudar a dissipar estas disfunções e bloqueios.

Emerge em todo o país, através de iniciativas municipais, estaduais, federais e de organizações da sociedade civil, programas de inclusão social de forma ampliada a atender os requisitos da sociedade da informação.

Para BENKLER (2003) inclusão social representa um bem comum, ou seja, um direito de todos. Alguns bens comuns recebemos gratuitamente da natureza, outros são produtos coletivos colocados pela criatividade dos seres humanos. A informação é um bem público no seu verdadeiro sentido. A sociedade da informação através da instalação do paradigma das tecnologias de informação desperta primeiramente para a necessidade de usufruir da comunicação à distância. Assim o direito à comunicação mediada por computadores, passa a bem comum pelo direito que todos temos em participar, receber e aproveitar os benefícios da sociedade informacional.

Para facilitar o acesso e sua multiplicação, os governos têm como base a ideologia democrática da rede. Sabemos também de organizações, sem fins lucrativos, que utilizam a web para fornecer informações de bem público. Neste esforço, observa-se que o seu domínio e potencial de acesso não seriam viabilizados para grandes contingentes de pessoas se a linguagem básica da Internet fosse “aprisionada”, ou seja, uma linguagem pertencente a um sistema operacional proprietário, criando monopólio e dependência de usuários. Além da liberdade para um maior compartilhamento de informação, a tecnologia digital não aprisionada permite a distribuição da informação a um baixo custo unitário possibilitando oportunidade e abrangência maior em seu uso.

Dessa forma, o tema inclusão digital tem sido crescentemente e mais largamente discutido, principalmente no ano de 2004, que vem marcado por intenso e sistemático trabalho do Governo nessa direção. Através do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), o governo brasileiro tem transformado essa questão em uma grande bandeira para o processo de inclusão social dos cidadãos e divulgação das ações governamentais focadas no desenvolvimento tecnológico.

A necessidade de transformar a inclusão digital em política pública tornou-se de fundamental importância visto que, o direito de acesso à informação tem sido tratado como uma questão de cidadania. Esse acesso deve ser provido por determinações governamentais em combinação com a iniciativa privada, organizações não-governamentais e administração pública federal, estadual e municipal, sendo essa última esfera a mais importante no sentido de possuir maior capacidade de influência e penetração nas comunidade, nas mais diversas regiões do país (SILVEIRA, 2003, p. 30)

### **Sistemas de Informação: uma Evolução dos Problemas Informacionais**

Nesse trabalho parte-se do pressuposto do *Telecentro* como estrutura viável para a disseminação tecnológica no processo de inclusão informacional e portanto, como objeto, merece melhor análise, estudo e avaliação de seus impactos, dada a recentidade de seu surgimento, posto que “o enfoque contemporâneo busca a valorização das questões sociais da informação, valorizando os sujeitos sociais, como agentes produtores e consumidores de informação.” (SARACEVIC, 1996, p. 47). Borges (2002) observa então, que as tendências emergentes colocam o indivíduo como agente ativo na construção do significado das situações com as quais se depara.

“O indivíduo deixa de ser considerado como receptor passivo de informação, passando a ativo, na interação entre a estrutura de informação e a sua estrutura conceitual própria. Os focos deixam de ser os sistemas e a tecnologia da informação, passando aos usuários como indivíduos em contínua interação com o meio e com outros indivíduos.” (BORGES, 2002, p. 39).

Importante destacar nessa mudança comportamental do indivíduo diante das relações sociais que, mesmo na busca do conhecimento ou da informação, “as novas práticas baseadas no uso da tecnologia passam a se realizar pela impessoalidade”, como defende Giddens (1991, p. 27-37) em sua teoria das relações sociais. Entende que na modernidade, as práticas sociais são “constantemente examinadas e reformuladas à luz da informação renovada sobre essas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter”. Idéia reforçada por Paim e Nehmy (1998), essas relações, “ao invés de se basearem de modo dominante em sistemas locais de relações interpessoais, deslocaram-se para um tipo de relação baseada em anonimato e distanciamento espaço-temporal” e complementam: “Na atualidade, tempo e espaço não mais coincidem, havendo o fomento de relações entre ausentes, localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face” (PAIM, NEHMY, 1998, p. 82).

O processo de transferência então, ocupa e torna-se um problema pela inclusão desses novos instrumentos inseridos pelo paradigma técnico-econômico das tecnologias de informação e pela necessidade de filtros específicos, gestão diferenciada de conteúdos informacionais e apropriação adequada da tecnologia, gerando novas exigências de capacitação pela inserção profissional e coletiva. A centralidade no recurso informação requer uma nova gestão ao objetivar a criação de novas estruturas e de cultura que facilitem o compartilhamento dessa informação.

Adotando-se, para esse artigo, uma definição de Darelli (2003), o *Telecentro* é um

“centro de atendimento coletivo que oferece serviços, em regime de parcerias, aos diversos segmentos da sociedade da área urbana e da área rural, utilizando facilidades de telecomunicações e de informática e atuando como agente de desenvolvimento econômico, político e sócio-cultural.” (DARELLI, 2003, p. 26).

Destaca-se que esses tornam-se ambientes ricos de pesquisa nesse campo, pois podem propiciar vários estudos na análise da busca de informações, de conteúdos disponíveis, investigações na forma de coleta e seleção de conteúdos pelos usuários, mudanças em sua estrutura, entre outros. Essa inclusão pode ser proporcionada a partir das práticas informacionais em que as interações ocorram em contextos adequados. Cornelius (2002) destaca o argumento dos construtivistas que mesmo diante das mesmas informações as pessoas podem chegar a diferentes conclusões e desenvolver diferentes ações e que todo conhecimento e informação são produtos de nossas práticas sociais. Essas práticas podem provocar a criação e o desenvolvimento de novos conceitos, de novos modelos mentais, de construção de conhecimento e mudança de comportamento, consolidando o paradigma social.

### **O Projeto “Gemas da Terra”: iniciativa de inclusão social**

No Brasil, são inúmeras as comunidades que perderam seu potencial de sustentabilidade, anteriormente ligado às atividades primárias que podem, pelo acesso a conteúdos informacionais bem direcionados, reencontrar o caminho de sua sustentabilidade. Este é um estudo de caso a partir de classes D e E, em distritos do interior de Minas Gerais, Brasil, onde já foram instalados telecentros como estrutura tecnológica de inserção social. O programa analisado, Gemas da Terra, tem como missão facilitar a criação de telecentros livres em comunidades rurais brasileiras e promover a sua integração ao movimento global de inclusão digital. Concebido a partir do ano de 2003, o programa implantou o projeto piloto em cinco comunidades rurais na região central do Estado de Minas Gerais, conhecida como Alto Vale do Jequitinhonha onde, por muitos anos, fez parte do caminho que transportava ouro e diamante extraído da região para a corte real no século XVIII. As comunidades foram escolhidas com base no seu perfil demográfico (entre 1000 e 2500 habitantes), nível de organização através de associações e identificação de um grupo de voluntários interessados em trabalhar no projeto.

Foram contempladas no projeto piloto as localidades de São Gonçalo do Rio das Pedras, Milho Verde, Tombadouro, Conselheiro Mata e Rodeador. O acesso a todas elas só é possível por estradas de terra e a ligação com cidades maiores da região é suportado por linha de ônibus que circula uma vez por dia. Em temporada de chuvas o acesso é extremamente prejudicado, podendo passar vários dias sem transporte.

Tendo como referência o “Livro de Receitas do Telecentro Comunitário para a África”, trabalho desenvolvido pela Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas (UNESCO, 2001), o objetivo do programa é possibilitar a criação de estruturas de telecentro, proporcionando o acesso à rede Internet e torná-los auto-sustentáveis e independentes, permitindo assim que a própria comunidade identifique suas demandas e determinem as ações necessárias para o desenvolvimento local com o uso da tecnologia. O programa utiliza a metodologia de realizar a capacitação de moradores da própria comunidade e torná-los multiplicadores de conhecimento. Essa capacitação visa o entendimento da filosofia do programa bem como o aprendizado sobre os equipamentos.

O destaque apresentado pelo coordenador está relacionado à questão de sustentabilidade. Diferentemente de propostas governamentais, ele entende que as estruturas dos *Telecentros* devem ser amparadas na idéia de auto-sustentabilidade desde sua concepção. Nesse aspecto, destaca que o principal objetivo na metodologia adotada é apoiar as comunidades rurais na busca da auto-sustentação econômica e política. Para isso, foi desenvolvido um modelo de conscientização e apoio ao auto-crescimento da comunidade pela valorização da cultura e da economia local. O modelo “Gemas da Terra” prepara a comunidade para gerir seu próprio *Telecentro*, enquanto busca apoio de entidades externas para garantir a ajuda inicial necessária para sua instalação.

O *Telecentro* de São Gonçalo do Rio das Pedras está localizado na região central da comunidade e compartilha o espaço com outras atividades da Associação Comunitária, dentre elas, tapeçaria, trabalhos educativos para crianças e reuniões de seus membros. Utiliza uma sala de aproximadamente 15m<sup>2</sup> e nela foram instalados os equipamentos do projeto piloto sendo: dois microcomputadores utilizando *software* livre e uma impressora multifuncional, além dos equipamentos de rede e modem de conexão à antena de satélite.

Funciona com a participação de voluntários que fizeram o curso de capacitação do projeto e oferece à comunidade o acesso à Internet, serviço de impressão, digitação e fotocópia. Os serviços oferecidos são cobrados e a receita é revertida para aquisição de material de escritório, material de limpeza, papel e tinta para impressora, tudo para o próprio sustento. A metodologia aplicada pelo “Gemas da Terra” espera que as comunidades encontrem seus próprios meios de organização e de sobrevivência.

As principais demandas dessa comunidade no uso do *Telecentro* eram: pesquisa escolar, uso de correio eletrônico, informações sobre artesanato e receitas culinárias. Já houve por parte dos voluntários a busca por informações sobre atividades para crianças, pesquisa sobre reciclagem de lixo, acesso à conta bancária, cadastro de cpf e edição de textos. Os voluntários entendem que o *Telecentro* “serve para integrar mais a população” e que “gostariam de fazer trabalhos voltados para a comunidade”, atividades que estivessem direcionadas para o benefício das pessoas. Foi citada a idéia de “fazer *download* de filmes, gravar em *cd-rom* e exibir para a comunidade, na praça principal, como forma de reunir as pessoas e mostrar uma das possibilidades de uso da Internet.”

Outra comunidade do projeto é Milho Verde que, com aproximadamente mil habitantes despontou, há poucos anos, como ponto turístico em Minas Gerais, devido à sua beleza natural com várias cachoeiras, montanhas e formações rochosas. O gestor local acredita que o programa é para a comunidade e para demonstrar isso, está pesquisando na Internet um sistema de fogão solar e tem a idéia de oferecer para as pessoas como forma de aproveitar os recursos naturais da região. Pode-se perceber nessa manifestação que o gestor consegue exteriorizar o seu entendimento sobre a função do *Telecentro* comunitário. O uso da tecnologia e a possibilidade de acesso às informações direcionados para a comunidade – agregando recursos e facilidades da região, gerando benefícios para todos, criando oportunidades de trabalho, alavancando inovação, enfim, provocando mudanças de forma sustentável – vai de encontro aos objetivos do projeto.

O *Telecentro* de Tombadouro foi instalado na sede do Grupo de Produtores Rurais que desenvolve várias atividades com a população. O interesse das pessoas mais jovens pelo uso da Internet é trabalho e pesquisa escolar e, para os mais velhos, a busca “é por fotos das cidades onde os filhos foram trabalhar”, referindo-se aos jovens que perderam o emprego nas fábricas de farinha e rapadura, desativadas. As voluntárias entrevistadas manifestaram o interesse de criarem um curso de computação em que elas “pudessem formar novos voluntários e dar certificado”.



Rodeador é uma comunidade com cerca de mil habitantes e vários trabalhos realizados são desenvolvidos pela Associação de Trabalho Mestre Luíza, fundada em 1996. E foi pelo esforço da Associação que se conseguiu a implantação da estrutura do que é hoje o *Telecentro*. Dentre as comunidades do projeto piloto, essa é a que apresenta mais recursos computacionais, contando com nove computadores. O “Gemas da Terra” se uniu à iniciativa com o programa de acesso à Internet, instalando a antena de satélite e capacitando os voluntários. O público mais freqüente são os alunos do segundo grau que estudam em Monjolos, sede do município, distante 12 quilômetros e que se deslocam para Rodeador para usar a estrutura, principalmente à noite.

Em Rodeador, a gestora ressaltou que “as pessoas buscam informações variadas: receitas, novelas, previsão do tempo, resultado de loteria, extrato bancário e até receita de pinha.” Destaca-se, novamente, uma possibilidade de uso dos recursos disponibilizados pela estrutura do *Telecentro* alinhados com os objetivos do projeto. Por toda a região de Rodeador pode-se encontrar a pinha, uma fruta que nasce e se desenvolve sem necessidade de maiores cuidados no seu cultivo, já fazendo parte do calendário da cidade, a Festa da Pinha, que ocorre entre os meses de março e abril. Uma forma de desenvolvimento da comunidade local é a exploração desse recurso natural, encontrado em abundância, pelo uso da pesquisa de informações para seu beneficiamento, técnicas de embalagem, alternativas de utilização, criação de mercados e canais para escoar a produção, enfim, diversas formas de uso possibilitados pelo acesso à informação proporcionado pelo *Telecentro*.

Outra iniciativa apresentada por uma voluntária é a busca de informações para se criar um curso pré-vestibular na cidade. Observando a movimentação dos alunos do segundo grau provenientes de Monjolos, buscou o apoio de uma organização não-governamental para a criação de curso pré-vestibular na intenção de usar os recursos disponíveis para a geração de trabalho e renda na própria comunidade. A partir dessa proposta, a idéia é contribuir para o desenvolvimento local e crescimento educacional da população.

As idéias que despontam como o fogão solar, a criação de um curso pré-vestibular, gravar filmes para passar na praça, são manifestações claras de mudança de pensamento. Tais percepções foram abalizadas a partir de entrevista com o gestor de São Gonçalo do Rio das Pedras na qual destacava que “o movimento de inclusão social passa pela inclusão digital e as tecnologias vêm acelerando esse processo”. E completava dizendo que “a inclusão digital deve ser um dos meios de inclusão social, pois ela permite a busca dos direitos sociais, da cidadania e resgata a auto-estima”. Mas qualquer tecnologia será insuficiente se as pessoas não compreenderem como colocá-la para seu uso efetivo. Além disso, é essencial que as pessoas compreendam a amplitude que as aplicações das tecnologias podem alcançar e então, poderão adquirir potencial para aplicá-las criativamente e coletivamente em várias áreas de suas vidas.

A inclusão de segmentos marginalizados da população começa ao compreenderem as potencialidades do telecentro e as facilidades que a tecnologia pode lhes proporcionar através de sistemas informacionais que, se compartilhados, superaram barreiras de língua e de tecnologias, ajudando a romper a cadeia de reprodução de pobreza. De simples consumidores digitais passam a criadores, com inteligência diferenciada por especificidades informacionais.

## **Conclusão**

E então, resta-nos indagar: quais escolhas temos feito? Emerge a demanda por políticas públicas, coordenadas e integradas pelos diferentes atores, que possam contemplar a

amplitude desta questão. No nosso entender, não bastam políticas que destaquem a organização e disponibilização de infra-estrutura tecnológica. O simples acesso e a posse de um acervo de informações não garante a sustentabilidade social. Cada vez torna-se mais importante a capacidade de compreender e dar sentido a este universo de informações. Sentido este que não tem como ser dissociado do arcabouço cultural do indivíduo, das organizações e da comunidade. É preciso contextualizar as informações, transformá-las em conhecimento tácito, retrabalhá-las. A descrição de estrutura de acesso e armazenamento de dados em meio digital (*data modeling*) não é suficiente para a inserção na sociedade do conhecimento. É preciso mais: a descrição estável e centralizada do significado desses dados organizados em torno de um esquema conceitual que é único e por isto mesmo tácito.

Necessário agregar políticas e programas de inclusão digital, construir a ponte que conduz à sociedade do conhecimento. Para esta engenharia o cálculo é feito sobre o entendimento de que informação, cultura e conhecimento não são somente uma questão de inovação, de modernidade. São, como entende Benkler (2003), muito mais uma questão de liberdade, pelo respeito às individualidades. Acima de tudo necessita-se de uma precisão conceitual entre os diferentes programas e projetos de inclusão digital para que se possa então estabelecer indicadores que venham precisar os índices de inclusão para qualificarmos nossa construção de sociedade da informação.

Somente a partir da localização e precisão desses conceitos, poderemos então estabelecer um quadro mínimo de indicadores ao nível de informação, comunicação e se possível, de conhecimento que direcionem a realidade e o nível nacional de inclusão na sociedade da informação.

Os estudos indicam que os governos, na intenção de suprir a carência e atraso tecnológico, vêm implementando programas de inclusão digital dando prioridade à disseminação da tecnologia com a instalação de computadores conectados à Internet, de forma a democratizar o acesso. Porém, os programas governamentais não estão alinhados com uma política de informação. Os programas de inclusão estão distribuídos nas esferas municipal, estadual e federal e não se integram em um movimento uniforme e coeso.

Algumas organizações não-governamentais procuram suprir essa lacuna da área social e têm conseguido implantar iniciativas mais eficazes, como no exemplo apresentado. Essa experiência demonstra que se a tecnologia for livre, compartilhável e ligada a conteúdos informacionais adequados poderá diminuir a carência conduzindo à sustentabilidade.

O objetivo passa a ser o de agregar os que estão fora do processo das transformações em curso. Assim, o uso do software livre torna-se uma alternativa viável, possibilitando a criação de uma nova cultura, um novo paradigma. O paradigma da liberdade de criação e apropriação de conhecimento compartilhado, possibilitando a emancipação das sociedades mais carentes, com tempos diferenciados, porém com a curiosidade aguçada para o novo e a integração. Os “matutos” já vêm a rede mais que uma foto ou cartão postal. Localizam-se no mundo e nesse mundo, os seus mais simples interesses.

O programa analisado encontra-se em um estágio inicial, carente de recursos financeiros para uma melhor estruturação. Mas já apresenta os primeiros passos para o processo de transformação da comunidade rural no sentido de conquistar um lugar na sociedade da informação em busca do desenvolvimento, de forma sustentável, preservando suas características, necessidades e costumes.

## **Referências:**

ARAÚJO, Vânia Maria Rodrigues Hermes de. Sistemas de Recuperação da Informação: nova abordagem teórico-conceitual. Tese (Doutorado) Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

AUN, Marta Pinheiro. Antigas nações, novas redes: as transformações do processo de construção de políticas de informação. 2001. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – IBICT/ECO-UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.

AUN, Marta Pinheiro. Políticas Públicas de Informação e Desenvolvimento. In: PAIM, Isis (Org.) A Gestão da Informação e do Conhecimento. Belo Horizonte:UFMG, c.3, p.55-90, 2003.

AUN, Marta Pinheiro, ARANTES, Adriane, Kroeff, Rubens. Arranjos Locais e Sustentabilidade: políticas públicas promotoras do desenvolvimento regional e da inclusão social. Florianópolis: Revista Alcance (No prelo:2005)

BENKLER, Yochai. The political Economy of Commons. Open Knowledge, v.4, n. 3, June 2003. <<http://www.upgrade-cepis.org/issues/2003/3/upgrade-vIV-3.html>>

BORGES, Mônica Erichsen Nassif. A informação e o conhecimento na biologia do conhecer: uma abordagem cognitiva para os estudos sobre pequenas empresas. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

DARELLI, Lúcio Eduardo. Telecentro como instrumento de inclusão digital para o e-gov brasileiro. Florianópolis: Telesc, 2003.

DELORS, Jacques. (org). Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC; UNESCO, 2000.

GEMAS DA TERRA. Disponível em: <<http://www.gemasdaterra.com.br>>. Acesso em: 17 abr. 2004.

GIDDENS, Antony. As consequências da modernidade. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 30 mar. 2004.

ITI. Instituto Nacional de Tecnologia da Informação. Disponível em: <<http://www.iti.br/>>. Acesso em: 2 abr. 2004.

LASTRES, Helena Maria Martins; FERRAZ, João Carlos. Economia da informação, do conhecimento e do aprendizado. In: LASTRES, Helena Maria Martins; ALBAGLI, Sarita (Org.). Informação e globalização na era do conhecimento. Rio de Janeiro: Campus, 1999, p. 27-57.

LEFEBVRE, Alain. Business Networking ou “réseautage d'affaires” sur le Web pour les professionnels francophones. Optimiser son réseau professionnel, grace au Web: pourquoi faire et comment bien faire... <<http://www.6energies.net>>

MONNOYER – SMITH, Laurence. L'urgence en politique: temps d'action en temps du discours. Sciencs de la société, Toulouse, n.44, mai, p.63-81, 1998.

NÉROT, Olivier. Social Computing: Evolution or revolution? Transversales, juin 2004. <[http://grit.agence-revolutions.com/illustrations-5juin04/social\\_computing](http://grit.agence-revolutions.com/illustrations-5juin04/social_computing)>

PAIM, Isis; NEHMY, Rosa Maria Q. Questões sobre a avaliação da informação: uma abordagem inspirada em Giddens. *Perspectiva em Ciência da Informação*. Belo Horizonte, v.3, n. 1, p. 81-95, jul. dez. 1998.

RIFKIN, Jeremy. *A Era do Acesso*. São Paulo: Makron Books, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) *Conhecimento prudente para uma vida decente: 'um discurso sobre as ciências' revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004. parte IV, p. 777-821.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Inclusão digital, software livre e globalização contra-hegemônica. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; CASSINO, João (Org.). *Software livre e inclusão digital*. São Paulo: Conrad, 2003, c. 1, p. 17-47.